



## COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 16/XIII/2.<sup>a</sup> SL

Em 20 de abril de 2017, reuniu, pelas 17 horas e 30 minutos, a Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, na sala cinco do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Informações;**
- 2. Apresentação das iniciativas legislativas;**
- 3. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), começou por fazer uma súmula do trabalho desenvolvido pela Comissão, desde a sua criação até à presente data, sublinhando, nomeadamente, todas as audições realizadas, com vista ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

De seguida, referiu que das audições realizadas decorreu a necessidade de definição de uma metodologia dos trabalhos, o que justificou a realização de reuniões da Comissão em formato Mesa e Coordenadores. Mais, sublinhou a dificuldade de regulação destas matérias, uma vez que se pretende, no âmbito dos trabalhos a desenvolver por esta Comissão, proceder à alteração da Lei do Controle Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos, aprovada pela [Lei n.º 4/83, de 2 de abril](#), da Lei dos Crimes de Responsabilidade dos Titulares de Cargos Políticos. Aprovada pela [Lei n.º 34/87, de 16 de julho](#), do Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, aprovado pela [Lei n.º 64/93, de 26 de agosto](#), do Estatuto dos Deputados, e à eventual criação de um diploma próprio para o *Lobby*, e ainda a regulação da questão do enriquecimento ilícito/injustificado.

Em consequência, as reuniões de Mesa e Coordenadores, ocorridas neste hiato, permitiram desenvolver um trabalho de compilação, com vista ao prosseguimento dos trabalhos. Surgiu, assim, o documento intitulado de Anteprojeto de Lei do Controle Público e Regime Sancionatório dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos. Referiu, por fim, que resolvidos os problemas de natureza processual que se suscitavam, importaria agora discutir a substância das iniciativas.

## COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 16/XIII/2.<sup>a</sup> SL

No seguimento desta intervenção inicial, foi dada a palavra aos Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), Pedro Delgados Alves (PS), Pedro Filipe Soares (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), os quais se pronunciaram sobre a necessidade dos trabalhos desenvolvidos em sede de Mesa e Coordenadores, como contributo positivo para o desenvolvimento dos trabalhos.

De seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) para referir que, a título individual, discorda do processo conduzido por esta Comissão até ao dia de hoje, salientando a inexistência de reuniões da Comissão durante um período de seis meses, considerando injustificado o não agendamento de reuniões durante esse período, deixando, desta forma, protesto sobre esta forma de funcionamento da Comissão.

O Senhor Presidente informou o Senhor Deputado que as Comissões Eventuais não funcionam da mesma maneira que as Comissões Permanente, tendo esta Comissão a dificuldades acrescidas, quando comparada com o restante funcionamento da Assembleia da República, sublinhando que todos os documentos foram disponibilizados aos Senhores Deputados. Salientou que, apesar de pretenderem reunir sempre em Comissão, as questões formais continuarão a ser discutidas apenas em sede de Mesa e Coordenadores.

Passou-se, assim, para o ponto 2 da ordem de trabalhos, tendo os Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), Pedro Delgados Alves (PS), Pedro Filipe Soares (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), feito uma apresentação sucinta do documento intitulado de anteprojeto, a discutir, das alterações pretendidas introduzir pelos seus Grupos Parlamentares a esta anteprojeto, bem como das posições concretas dos Grupos Parlamentares quanto às matérias objeto de atuação nesta Comissão. Seguiu-se uma intervenção final por parte do Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) para focar as questões relativas ao Grupo de Trabalho do Parlamento Digital que coordena e que se articulam com matérias desta Comissão.

A reunião foi gravada em [áudio](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.



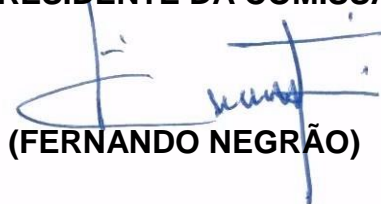
**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO  
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 16/XIII/2.<sup>a</sup> SL**

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 19 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2017.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(FERNANDO NEGRÃO)**

**Nota: aprovada a 17-01-2018**



**COMISSÃO EVENTUAL PARA O REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA NO  
EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 16/XIII/2.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Clara Marques Mendes  
Duarte Marques  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
João Torres  
Jorge Machado  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Luís Vilhena  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Trigo Pereira  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Filipe Soares  
Sara Madruga da Costa  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Amador  
Susana Lamas  
Vânia Dias da Silva  
Jorge Lacão  
Teresa Morais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Margarida Balseiro Lopes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: